



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA

Ata da 147ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2022

Em 17 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Zona da Mata – URC ZM, do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, por meio de videoconferência conforme condições estabelecidas pela Deliberação Conjunta Copam/Cerh nº 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Dorgival da Silva, da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Superintendência Regional Zona da Mata.

Representantes do Poder Público: Rogério Jacinto Gomes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa; Ionivaldo Almeida de Paula, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede; Maria Aparecida Freire da Paz, da Secretaria de Educação de Minas Gerais – SEE; Flávio Pereira Silva, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig; Marise Angélica Moreira Elerati, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF; 3º Sgt. Wallacy Mendonça Coelho, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Pmmg; Luciano Rufato Teixeira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea/MG; Fábio Rodrigues Lauriano, do Ministério Público de Minas Gerais – Mpmg; Vicente de Paulo Pinto, da Prefeitura de Ubá.

Representantes da Sociedade Civil: Lidiane Carvalho de Campos, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; André Ribeiro Teixeira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; Hernon Adjuto Teixeira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais - Federaminas; André Garcia Schmidt, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel; Fernando César Peixoto Dias, do Movimento Ecológico e Cultural Vale do Piranga; Isaac Newton de Oliveira, da Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora; Márcia Maria Salgado Lopes, do Centro Universitário Univiçosa.

Assuntos de Pauta. **1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. **2. ABERTURA.** O Presidente Suplente Dorgival da Silva declarou aberta a 147ª Reunião da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata e registrou as seguintes manifestações: “Tudo bem, senhoras e senhores Conselheiros, boa tarde a todos. Muito bem-vindos à 147ª reunião da nossa URC Zona da Mata e para darmos início a essa reunião que acontece no dia de hoje, 17 de agosto, de 2022, às 14:23. Iniciamos com quórum de 11 Conselheiros. Que nos acompanham e que estarão trabalhando conosco nessa reunião. Para darmos início oficialmente essa reunião, convido a todos acompanhados a exibição do hino nacional brasileiro e, na sequência,

retomamos aqui com a nossa coordenação”. [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Muito bem, faço uma retificação aqui no número de Conselheiros, já temos 12 Conselheiros conosco aqui na reunião. Sejam muito bem-vindos à nossa 147ª reunião. Vamos aqui no calor de Ubá, na temperatura já chegando no normal da cidade. Hoje um dia quente, o frio já está assumindo. E declaro deste momento aberta nossa reunião e tenhamos todos, uma ótima tarde trabalhos. De discussão. De assuntos aqui, deliberados. Espero também que cada Conselheiro esteja bem. Cada Conselheiro tenha tido aí nesses últimos meses coisas boas. Tudo esteja correndo bem com cada um dos senhores e senhoras que estão conosco aqui. Nós iniciamos, então a nossa reunião já nos dirigindo ao item de número **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Eu abro a palavra. Os Conselheiros que quiserem fazer uso dela, neste item que está relacionado com algum comunicado que os Conselheiros gostariam de fazer e também assuntos gerais. Lembro que estamos num momento onde nós temos algumas vedações, restrições em função do período eleitoral, então algumas coisas a gente precisa de um cuidado nesse sentido. Mas os Conselheiros fiquem à vontade nesse momento, aqueles que desejarem fazer uso da palavra. Muito bem, nenhum Conselheiro se manifestou, então entendo que podemos ir adiante com os nossos itens de pauta. Então coloca neste momento item 4, me perdoe, que trata do exame da ata da 146ª reunião, que ocorreu aí no dia 15 de junho de 2022. Eu coloco esse exame desta ata em pauta neste momento. E há alguns destaques sobre a ata? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Boa tarde, Presidente Lidiane Fiemg e eu tenho algumas considerações nos itens que referem-se à minha fala. Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK, Senhora, pode fazer. Pode fazê-la nesse momento? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Claro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por favor. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Senhor, vai colocar a pauta, eu que eu que acho que fica mais fácil de são vários pontinhos. Presidente Suplente Dorgival da Silva: vários pontos? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: aham. Presidente Suplente Dorgival da Silva: deixa eu ver com o pessoal, se a gente poderia tratá-los aqui, só um minutinho, por favor, Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: está bem. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheira Lidiane, apenas para a gente tentar ganhar tempo. Nesse sentido. Se a Senhora assim concordar, a gente poderia fazer, já a retificação aqui nos pontos que a Senhora acha que devem ser corrigidos e na sequência, colocar em votação, podemos fazer? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Podemos sim, Presidente, eu vou falar, posso ir falando as linhas? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por favor. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 226. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Eu pergunto aos Conselheiros que a água está sendo exibida. Todos estão tendo visibilidade, na ata? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Eu estou vendo. Presidente Suplente Dorgival da

84 Silva: OK, então a nossa equipe aqui vai direcionar até a linha 26? Isso?

85 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 226 Presidente Suplente

86 Dorgival da Silva: desculpa 226. Só um segundo que a internet demora

87 atualizar aqui. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: está bem.

88 Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ainda nós somos visualizando aqui

89 a linha 152 ainda não mudou. Aguarda um pouco. Conselheira Lidiane

90 Carvalho de Campos: agora, sim. Presidente Suplente Dorgival da Silva:

91 Visualizando. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: linha 226 substituir

92 Cardoso por Carvalho. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Erramos no

93 nome da Senhora? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: não tem

94 problema não, Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Vamos

95 fazer a correção online. Não vai conseguir? Posso fazer uma, vou fazer uma

96 sugestão aqui aos Conselheiros, não sei se é de costume, mas apenas para

97 a gente tentar ganhar tempo em função da internet aqui, que não permite

98 que a gente corrija na velocidade da maneira que a gente gostaria. A

99 Senhora poderia, falando os pontos de correção. A gente identifica e a gente

100 retoma. A gente poderia colocar na próxima reunião, a aprovação da ata,

101 isso possível? Então vamos fazer assim. Conselheira, nós vamos anotar

102 aqui as correções. E a gente tenta ainda dentro dessa reunião fazer as

103 correções e aprovar a ata com a correção. Se não. Vânia Mara de Souza

104 Sarmiento: Senhor Presidente? Presidente Suplente Dorgival da Silva: sim,

105 pois não. Vânia Mara de Souza Sarmiento: Vânia, do Núcleo dos Órgãos

106 Colegiados. Boa tarde, nós vamos compartilhar aqui o documento em Word

107 e já realizamos as correções da Conselheira Lidiane, só um instante, por

108 gentileza. Presidente Suplente Dorgival da Silva: está OK. Muito obrigado

109 pelo apoio. Presidente está ficando aqui, desorientado. Vânia Mara de

110 Souza Sarmiento: Pode ficar tranquilo, já estamos compartilhando aqui,

111 vamos realizar. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Essa é a vantagem,

112 ter uma equipe boa, viu? Nos acompanhando aqui [trecho inaudível]

113 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Boa tarde Vania. Obrigada. Vânia

114 Mara de Souza Sarmiento: Lidiane, tudo bem aí? Qual que a linha por

115 gentileza? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 226. Vânia Mara de

116 Souza Sarmiento: A próxima Conselheira. Conselheira Lidiane Carvalho de

117 Campos: Estou falando aqui de microfone fechado, 229. Onde consta como

118 se o mesmo mencionou, como o senhor mesmo mencionou. Pode tirar essa

119 vírgula e o Ó da frente como o senhor mesmo mencionou o Presidente?

120 Vânia Mara de Souza Sarmiento: É uma pergunta que coloca? Conselheira

121 Lidiane Carvalho de Campos: não, é uma afirmação: como o senhor mesmo

122 mencionou, Presidente. É minha primeira vez aqui neste conselho, então,

123 como eu não estive presente. Só uma sugestão, Presidente tem que ficar

124 entre vírgulas, um vocativo. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: sim,

125 Isso. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 458, agora Vânia. Trocar

126 458. Nesse parecendo aí, é parecer do órgão ambiental. O recurso do

127 empreendedor e o parecer do órgão ambiental. Então pode tirar esse Ponto

128 Final e colocar o Eu em minúsculo, que é uma continuidade. Aí depois do

“parece”, pode tirar a vírgula, na próxima linha, 459: Parece inicialmente,
 que foi dada. E na linha 460, está por serem. É por ser. Isso aí. Mais abaixo,
 linha 465. É depois do possível, pode tirar esse ponto aí. Continuar essa
 frase, por gentileza. 466 depois do pudessem. Tirar o É, é pudessem
 analisar. 548. Isso, na verdade começa na 547. Fica. Eu gostaria de solicitar
 vistas ao processo, pode tirar o então. Para que, pode tirar também o
 processo fosse. Inclui por gentileza, um seja. Para que seja disponibilizado
 para a gente analisar mais profundamente os documentos, aí pode tirar,
 porque ficou repetido. E os processos que foram formalizados,
 documentos. Até aí, pode tirar também. Para a gente analisar mais
 profundamente os documentos que foram formalizados junto ao processo.
 E por último, 559. Agora ela virou 555. Com essas trocas, ao invés de
 buscar, é busca. E busca. Entre em contato também. Ele pode permanecer
 Presidente que a gente entra em contato também e busca informação mais
 alinhada com o empreendedor. Somente isso, Presidente. Obrigada.
 Obrigada, Vânia. Vânia Mara de Souza Sarmento: Por nada,
 Lidiane. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por nada, Conselheira,
 pergunto aos demais Conselheiros se algum outro destaque? Na ata?
 Vamos colocar em votação, nossa ata com as correções que foram
 realizadas aqui neste momento. Vai subir a nossa planilha de votação. Tudo
 bem. **4. EXAME DA ATA 146ª RO de 15/06/2022.** Seapa como vota,
 Conselheiro Rogério. Conselheiro Rogério Jacinto: Aprovado. Presidente
Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheiro, Conselheiro da Sede
 Ionivaldo Almeida como vota, por favor? Conselheiro Ionivaldo Almeida de
Paula: boa tarde a todos. Ionivaldo, da Sede e favorável, aprovado
Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado, Conselheira Maria
 Aparecida, Secretaria estadual de Educação, como vota, por favor?
 Conselheira Maria Aparecida da SEE como vota? Conselheiro José
 Eduardo, da SEINFRA, como vota? Conselheiro José Eduardo, da
 Secretaria de Infraestrutura como vota? Por favor? Conselheiro.
 Conselheiro Flávio da Epamig, como vota? Ok, Flávio votou pelo chat, votou
 favorável. Conselheira Marise, Secretaria da SEF como vota por favor?
Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: Boa tarde a todos. Voto
 favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheira.
 Conselheiro da Polícia Militar de Minas Gerais. Terceiro sargento Wallacy
 Mendonça como vota, por favor? Conselheiro Wallacy Mendonça Coelho:
 Presidente, boa tarde, eu vou é favorável. Presidente Suplente Dorgival da
 Silva: obrigado Conselheiro Luciano Rufato do CREA Minas como vota, por
 favor? Conselheiro Luciano Rufato Teixeira: Boa tarde a todos. Voto
 favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado
 Conselheiro. Conselheiro Fábio Rodrigues Conselheiro Fábio Rodrigues
Lauriano: do Ministério Público de Minas Gerais, como vota, por favor?
 Conselheiro Fábio Rodrigues Conselheiro Fábio Rodrigues Lauriano:
 favorável senhor Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Vicente de Paulo Pinto. Prefeitura de

174 Ubá, como vota, por favor? Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: Boa tarde
 175 a todos. Voto favorável senhor Presidente. Presidente Suplente Dorgival da
 176 Silva: Obrigado Conselheiro. Conselheira Lidiane Fiemg como vota?
 177 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg voto favorável,
 178 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado, Conselheiro
 179 André da Faemg como vota por favor? Conselheiro André Ribeiro: boa
 180 tarde. Ata aprovada. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado,
 181 Conselheiro Hernon da Federaminas como por favor? Conselheiro Hernon
 182 Adjuto Teixeira: favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 183 Conselheiro André Garcia, da Abragel, como vota por favor? Conselheiro
 184 André Garcia: boa tarde, Andre Abragel, favorável. Presidente Suplente
 185 Dorgival da Silva: obrigado. Nós temos ausência? Conselheiro Fernando
 186 também está ausente? Vamos aqui. Conselheiro Isaac, da Ama JF. Como
 187 vota? Ausente também? OK, próximo presente, Conselheira Márcia da
 188 Univiçosa como vota por favor? Conselheira Márcia Maria Salgado Lopes:
 189 boa tarde. Voto favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 190 Conselheiro Cristiano Lamas da OAB Minas, como vota, por favor?
 191 Conselheiro Cristiano Lamas, da OAB Minas, como vota? Me permitam
 192 retomar aqui, estou visualizando que a nossa Conselheira Maria Aparecida,
 193 da Secretaria de Educação. Vou retomar, lá em cima, Conselheira, boa
 194 tarde. como vota? Nós estamos no exame da ata da última reunião. Qual
 195 seria o voto, por favor? Conselheira Maria Aparecida Freire da Paz: Boa
 196 tarde, voto favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado,
 197 Conselheira. Muito bem. A ata aprovada com 14 votos favoráveis e 6
 198 ausentes. Muito bem, obrigado. Conselheira Maria Aparecida Freire da Paz:
 199 boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da Silva: boa tarde. Seja bem-
 200 vinda, Conselheira. Muito bem, nós vamos para os itens aonde vamos
 201 deliberar sobre processos e nós temos aqui no item 5, eu vou apenas indicar
 202 neste momento que um retorno de vista que a Conselheira Lidiane fará. Já
 203 há o pedido, já um destaque referente ao retorno de vista no item 6.1. Existe
 204 um inscrito que quer fazer uso da palavra neste item também, então já temos
 205 um destaque para o item 6.1, e aí eu colocaria aqui para nós numa tentativa
 206 de nós deliberarmos em bloco, o item 7.1. E nós estamos falando, eu vou
 207 ler aqui este item, se algum destaque algum Conselheiro, naturalmente, tem
 208 a Liberdade de fazê-lo e depois lerei o item 8.1, que de igual maneira, se
 209 algum Celheiro tiver algum destaque, nós tiraremos do bloco e voltaremos
 210 apenas aquele processo onde não houver nenhum destaque. Então
 211 procederei desta forma, vou ler o item 7.1 item **7. Processo administrativo**
 212 **para exame de requerimento para intervenção ambiental e aprovação**
 213 **de compensação decorrente da supressão de vegetação**
 214 **secundária. Em estágio médio ou avançado de Regeneração em bioma**
 215 **mata Atlântica, localizados em áreas prioritárias para conservação da**
 216 **biodiversidade, vinculado ao licenciamento ambiental. 7.1 Estel**
 217 **Energia Ltda. Presidente Bernardes, Minas Gerais - Processo**
 218 **Administrativo número 2100010037176/2020-19 tipo de intervenção:**

219 intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de
 220 preservação permanente. Área requerida 2.11 há. Área passível de
 221 aprovação 2.11 ha. Intervenção sem supressão de cobertura vegetal
 222 nativa em áreas de preservação permanente, área requerida 0,66 há,
 223 área passível de aprovação 0,66 há, fitofisionomia Floresta estacional
 224 semidecidual Estágio de Regeneração médio. Apresentação Urfbio
 225 Mata. Pergunto aos Conselheiros, algum destaque sobre este
 226 processo? Não havendo destaque este processo da habilidade para
 227 votação em bloco. Item 8 da nossa pauta. Que tem o título: **8. Processo**
 228 **Administrativo para exame de requerimento para intervenção**
 229 **ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de**
 230 **vegetação secundária em estágio médio ou avançado de Regeneração**
 231 **do bioma Mata Atlântica, localizados em áreas prioritárias para**
 232 **conservação da biodiversidade, não vinculado ao processo de**
 233 **licenciamento ambiental. Item 8.1 Cemig Distribuição S/A - Linha de**
 234 **Transmissão Carangola Divino. Derivação subestação padre Fialho,**
 235 **138, KVA. KV. Perdoe, Carangola, Divino, Orizânia, Santa Margarida e**
 236 **Matipó, Minas Gerais. Processo administrativo, número**
 237 **210001001114/2021-36 tipos de intervenções: supressão de cobertura**
 238 **vegetal nativa, com ou sem destoca para uso alternativo do solo, área**
 239 **requerida 9.0468 ha, área passível de aprovação 9,0468 há, intervenção**
 240 **com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação**
 241 **permanente, área requerida 3,1219 ha, área passível de aprovação**
 242 **3,1219 há, corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas, área**
 243 **requerida 11.9775 ha e supressão de 425 árvores, área passível de**
 244 **aprovação, 11. 9775 ha e supressão de 425 árvores, fitofisionomia,**
 245 **Floresta estacional semidecidual secundária. Estágio de Regeneração**
 246 **médio, aprovação URFBio Mata. Pergunto aos Conselheiros. Alguns**
 247 **destaques sobre este processo, ele também está habilitado para votação**
 248 **em bloco. Então peço para abrir a planilha de votação, nós vamos colocar**
 249 **aqui em deliberação o item 7.1 e o item 8.1 em blocos. Só para corrigir isso,**
 250 **por favor, então nós estamos colocando, reforçando, aqui o chamado para**
 251 **votação para deliberação. Nós estamos colocando aqui em deliberação o**
 252 **item 7.1 e o item 8.1 habilitados para a votação em bloco. Pergunto ao**
 253 **Conselheiro Rogério Jacinto Gomes, da Seapa, como vota? Conselheiro**
 254 **Rogério Jacinto: Rogério Jacinto Seapa vota acordo com o relatório,**
 255 **comparecer. Presidente Suplente Dorgival da Silva: É favorável,**
 256 **Conselheiro seria favorável, Conselheiro Rogério Jacinto: favorável.**
 257 **Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK, obrigado, Ivaldo Almeida.**
 258 **Conselheiro da Sede, como vota, por favor. Conselheiro Ionivaldo Almeida**
 259 **de Paula: O Presidente, eu vou estar em função de conflitos de**
 260 **interesse. Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK. Perfeitamente**
 261 **entendido Conselheiro. Conselheira Maria Aparecida, da Secretaria**
 262 **estadual de educação. como vota, por favor? Conselheira Maria Aparecida**
 263 **Freire da Paz: [TRECHO INALDÍVEL]. Presidente Suplente Dorgival da**

264 Silva: Obrigado Conselheira. Conselheiro, José Eduardo da Seinfra, como
 265 vota, por favor? Está ausente. Conselheiro Flávio, da Epamig. Como vota,
 266 por favor? Voto Favorável no chat pelo Conselheiro Flávio. Conselheira
 267 Marisa, da Secretaria estadual de fazenda. Como votar por favor?
 268 Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: eu voto favorável, senhor
 269 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Sargento Mendonça da
 270 polícia militar de Minas Gerais, como vota, por favor? Conselheiro Wallacy
 271 Mendonça Coelho: Sargento Mendonça Pmmg voto favorável Presidente.
 272 Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, obrigado, Conselheiro Luciano
 273 Rufato do Crea Minas. Como vota, por favor? Conselheiro Luciano Rufato
 274 Teixeira: Luciano Rufato, Crea Minas, voto favorável senhor
 275 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheiro.
 276 Conselheiro Fábio Mariano, do Ministério Público de Minas Gerais como
 277 vota, por favor? Conselheiro Fábio Rodrigues. Conselheiro Fábio Rodrigues
 278 Lauriano: favorável Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 279 obrigado, Conselheiro. Conselho Vicente Paulo, prefeitura de Ubá, Vicente
 280 de Paulo, perdão, como vota, por favor? Conselheiro Vicente de Paulo Pinto:
 281 voto favorável o seu Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 282 Obrigado, Conselheira Lidiane da Fiemg, como vota? Conselheira Lidiane
 283 Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg vota favorável. Presidente Suplente
 284 Dorgival da Silva: ok, obrigado. Conselheiro André, da Faemg como vota?
 285 Conselheiro André Ribeiro: favorável Presidente. Presidente Suplente
 286 Dorgival da Silva: obrigado Conselheiro. Conselheiro Hernon da
 287 FederaMinas como vota? Conselheiro Hernon da FederaMinas como vota?
 288 Conselheiro André Garcia: Presidente, o Hernon disse que sairia por alguns
 289 instantes da sala. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, Conselheiro
 290 André Garcia da Abragel como vota? Conselheiro André Garcia: André
 291 Abragel, favorável Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok. Obrigado, não
 292 sei se o Conselheiro Fernando, acho que está ausente. Conselheiro
 293 Fernando, boa tarde, tudo bem com o senhor? Conselheiro Fernando César
 294 Peixoto Dias: Boa tarde, eu tive uma dificuldade, mas já estou presente, eu
 295 sou favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro,
 296 obrigado, seja bem-vindo boa tarde para o senhor Conselheiro Fernando
 297 César Peixoto Dias: obrigado, boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da
 298 Silva: Conselheira Márcia da Univiçosa. Como vota por favor? Conselheira
 299 Márcia Maria Salgado Lopes: vota favorável. Presidente Suplente Dorgival
 300 da Silva: Conselheiro Cristiano Lamas, da OAB Minas. Como vota, por
 301 favor? Não sei se o Conselheiro Cristiano está presente. A gente está
 302 verificando aqui, Conselheiro Cristiano da OAB Minas como vota? Ausente.
 303 Presidente Suplente Dorgival da Silva: ausente muito bem. Então aprovados
 304 aqui item 7.1 e item 8.1 da nossa pauta. Com 13 votos favoráveis, uma
 305 abstenção e 5 ausentes, participaram deste período de votação, muito bem.
 306 Nós vamos, então já retomando aqui a nossa pauta, retornando um
 307 pouquinho nela, nós vamos aqui para o item de número **5. Processo**
 308 **Administrativo para exame de Recurso ao Cancelamento de Licença**

Ambiental: 5.1 JP de Souza Ltda ME. Ecolife Soluções Ambientais Eireli, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Martins Soares, Minas Gerais licença ambiental simplificada, LAS cadastro, processo administrativo LAS número 3524/2021 - Classe 1. Apresentação: Supram Zona da Mata, retorno de vistas pela Conselheira Lidianne Carvalho de Campos, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg. Então, já há naturalmente aqui no destaque de um ponto de vista, então eu passo a palavra que primeiramente, para nossa Conselheira Lidianne e fará a leitura do seu relatório de vista, às suas considerações, por favor, Conselheira.

Conselheira Lidianne Carvalho de Campos: Lidianne Fiemg, obrigada Presidente. Eu não vou fazer a leitura do relato de vista na íntegra, uma vez que ele foi disponibilizado aos Conselheiros no site. Tempestivamente. Eu vou me ater a alguns pontos para de forma célere aqui e conclusiva, Presidente? O motivo que levou ao pedido de vistas da Fiemg nesse processo seria para esclarecimentos se de fato, há autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos emitido pelo Ibama seria suficiente para regularizar empreendimentos cuja atividade, é o transporte rodoviário de resíduos perigosos, nesse caso exercido pelo JP de Souza limitada. Com rotas exclusivamente estaduais e também alguma outra rota que fosse interestadual. Eu deixo aqui registrado, que importante ressaltar. Que essa definição, ela vai impactar todo o setor no estado de Minas Gerais. A depender dessa definição. E para entender melhor o processo eu realizei uma reunião com a equipe, com toda equipe da Supram Zona da Mata, que eu agradeço que prontamente me recebeu. Pode me esclarecer os apontamentos do parecer e, posteriormente, eu fiz uma reunião com o representante do empreendimento que também alegou os fatos trazidos no recurso e nesse momento o representante me informou que protocolou junto ao órgão ambiental um ofício solicitando uma declaração ou documento similar que corroborasse com a decisão do cancelamento da LAS CAD. E até aquele momento da reunião, eles ainda não tinham tido um retorno. No mesmo sentido, o representante protocolou junto ao Ibama um requerimento de manifestação quanto ao posicionamento exarado pelo estado de Minas Gerais. Nesse sentido, eles receberam uma resposta do Ibama, que foi a Informação Técnica nº12 de 2022. Eu até coloquei no nosso relato de vistas parte dessa informação técnica, onde foi informado pelo Ibama que, no entendimento deles, autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos não substitui uma licença ou autorização ambiental no nível estadual e vice-versa. A licença estadual também não autorizaria essa rota interestadual e, de forma a concluir a referida informação técnica, o Ibama ainda sugere que a superintendência regional de Minas Gerais, apoiada com o setor jurídico marcasse uma reunião com o órgão ambiental estadual licenciador no nosso caso aqui, a Supram Zona da Mata e a Semad como um todo, para que pudessem tratar o assunto e alinhassem quais seriam as definições e

354 conclusões aqui de todos os processos cuja atividade fosse transporte
355 rodoviário de resíduos perigosos nessa situação, com rodas exclusivamente
356 estaduais e também rotas interestaduais. Então, nesse sentido, a Fiemg
357 entende que o assunto não encontra-se superado para votação do processo
358 pelos Conselheiros da URC Zona da Mata e por isso, o nosso relato de vista
359 sugere que o processo seja baixado em diligência até que o alinhamento
360 entre Ibama e Semad, seja conclusivo, para que todas as dúvidas, sejam
361 sanadas. Esse é o parecer, Presidente, obrigada. Presidente Suplente
362 Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheira Lidianne. Para tranquilizar os
363 senhores Conselheiros. Nós participamos de uma reunião recente.
364 Conselheira Lidianne na sua fala, citou essa reunião e de fato, existem fatos
365 novos que depois da decisão tomada, nós estamos aqui colocando em
366 deliberação uma decisão que já foi tomada algum tempo e houve um
367 recurso sobre ela e recentemente nós temos uma manifestação nova do
368 órgão Federal, do Ibama, que requer um alinhamento, porque ela é diferente
369 daquilo que se praticava anteriormente. Nós temos repetido isso também
370 em outras atividades. A título de exemplo cito aqui extração de Areia em rio
371 federal, que divide 2 estados. Nós convivemos com isso. Ora o Ibama disse
372 que apenas estadual, hora diz que é federal e a gente está buscando
373 também pela Sede da Semad, não é? Junto com a nossa Superintendência
374 de Regularização Ambiental, em Belo Horizonte, buscando uma
375 aproximação com o Ibama para que seja feito um alinhamento de maneira
376 que os órgãos regionais que estão na ponta que fazem, que precisam dessa
377 orientação, que possam tomar as decisões mais acertadamente, de forma
378 alinhada com o órgão Federal. Em função disso ainda, a gente não teve
379 tempo hábil para que a reunião acontecesse. Eu estou deliberando aqui,
380 estou tomando essa decisão de baixar o processo diligência, até que a
381 gente tenha esse alinhamento com o Ibama, a Semad tenha esse
382 alinhamento, com Ibama para que a gente então retome, com esse processo
383 em discussão nessa reunião. Estou vendo aqui alguns Conselheiros já
384 manifestaram, para fazer uso da palavra, mas a gente, nós vamos baixar
385 esse processo em diligência. Nós tínhamos uma Esperança de que essa
386 reunião acontecesse antes dessa nossa reunião, essa reunião Ibama
387 acontecesse antes, mas não foi possível. Então nós seguramos processo
388 até então e em função disso, toda essa questão de fatos novos, nós estamos
389 baixando o processo em diligência. Ok Conselheiros? [PARTICIPANTE
390 NÃO RECONHECIDO] Presidente? O André da Abragel está com a mão
391 levantada. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro André por
392 favor, não tinha percebido. Conselheiro André Garcia: Presidente Dorgival,
393 boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da Silva: boa tarde. Conselheiro
394 André Garcia: uma dúvida, na verdade, lendo o parecer de vistas da Fiemg
395 surgiu, ao cancelar essa licença ambiental simplificada da atividade de
396 transporte de resíduos perigosos, a SUPRAM, então entendi ou entendeu
397 que autorização do Ibama regularizaria atividade em nível estadual e
398 interestadual. É isso. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Esse foi o

entendimento Conselheiro André da tomada de decisão, porque orientação para as regionais não por meio da Subsecretaria de Regularização Ambiental, no caso de transporte de resíduos, que um licenciamento, um pouco diferente. Quando você licencia uma unidade física, uma fábrica de móveis nelas, ali naquele local, ela não vai se locomover? Mas quando você vai para o licenciamento de transporte perigoso, você está licenciado o veículo, e quando você licencia, pelo menos era isso, o entendimento não quando você licencia dentro das rotas, que os veículos vão utilizar apenas dentro do Estado de Minas Gerais, o licenciamento é competência do Estado. Esse é o entendimento que nós praticamos até então. Somos orientados dessa forma e como empreendedor, ele utiliza rodas que permeiam aí o estado do Espírito Santo, estado de Minas Gerais, o entendimento é que a licença concedida pelo Ibama, inclusive no contexto da licença cita isso. Licença expedida pelo Ibama lhe permite transitar nas 2 vias. Isso no entendimento nosso, não haveria necessidade de uma licença estadual, já que do Ibama, daria cobertura, mas nós estamos vendo que o Ibama também está revendo esse posicionamento deles, porque há uma questão de delegação de competência ou licenciamento. Num primeiro momento, ele é federal, aí uma delegação do governo Federal para os estados e a gente está vivendo já também uma avocação municipal no licenciamento ambiental e nós entendemos, somos orientados na época, pela Subsecretaria de Realização Ambiental, a proceder dessa forma. Mas após a consulta do empreendedor surgiram essas manifestações do Ibama de Brasília. Inclusive, orientado, fosse feito um alinhamento com o Ibama de Minas Gerais. Está sendo providenciado essa reunião, e eu acredito que isso vai estar melhor vamos dizer, talvez uma nova orientação que possa até rever, de fato, o que foi tomado como decisão, até então. Por isso a gente está baixando o processo em diligência para que isso seja dirimido. E quando a gente puder retornar dê mais tranquilidade, mais segurança aos Conselheiros para deliberar OK? Conselheiro André Garcia: entendido Dorgival. Uma reflexão a respeito do caso, não seria uma situação de aproximar, antes da decisão de cancelamento? Tendo em vista que o Ibama emite uma autorização para uma rota de um veículo, de alguns veículos que fazem o transporte interestadual e a SUPRAM emite uma licença ambiental simplificada para regularizar o transporte estadual. Não seria o caso de ter convocado o empreendedor, o representante do empreendedor para esclarecimentos e não deixar nesse período uma licença cancelada? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro, a gente não vai discutir, eu entendi a reflexão que o senhor nos provoca, sobre ela, é uma reflexão que a gente tem praticado, não é? Temos feito essa aproximação junto com as empresas. Estamos abertos aqui a conversar? Mas a orientação até que a gente comentou na última reunião que tivemos, que até então, se não houver uma orientação para as SUPRAMs de forma diferente, o ideal até para o empreendedor nesses casos, que ele entrasse pedindo uma licença ambiental simplificada no estado e ele informasse se o nosso sistema de

444 licenciamento está preparado para isso. Se ele informa-se que a rota dele,
 445 ela extrapola os limites do estado de Minas Gerais. Ele queria inclusive, já
 446 tendo uma licença a nível federal, ele teria inclusive uma certidão de
 447 dispensa de licenciamento a nível estadual. Então, a licença do Ibama até
 448 então, se entendia que bastaria para que ele fizesse todo esse trabalho,
 449 mas eu não queria, vamos dizer assim, eu agradeço essas considerações
 450 que o senhor nos faz essa reflexão. Mas eu gostaria de não prolongar essa
 451 discussão nesse sentido, nesse momento, para que a gente de fato, seja
 452 orientado, na maneira de conduzir para os nossos processos, inclusive até
 453 se for o caso, rever as decisões que foram tomadas sobre o processo que
 454 está entrando ou estaria em deliberação nessa reunião. Agradeço.
 455 Conselheiro André Garcia: entendido, entendido e obrigado. Dorgival. De
 456 acordo. Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: nós que
 457 agradecemos Conselheiro. Então baixa em diligência o item 5.1 e nós
 458 vamos então para o item 6.1, há uma descrição de um participante externo
 459 e a gente vai abrir aqui para que a pessoa. Nós temos aqui uma inscrição
 460 de um participante para o item 6 ponto. Foi informado aqui pela minha
 461 equipe que a pessoa que se inscreveu gostaria de fazer uso da palavra
 462 independente se houvesse destaque pelos Conselheiros, então a gente está
 463 dando oportunidade aqui, dessa pessoa se manifestar. Mas ela não acessou
 464 a sala de reunião que a gente está tentando contar para que telefone para
 465 garantir aí a ampla participação dessa pessoa que um representante
 466 externo que gostaria de fazer uso da palavra sobre esse processo. Vamos
 467 aguardar alguns instantes aqui para um contato. Se não houver o contato,
 468 a gente retoma aqui para fazer a leitura desse item número 6 da nossa
 469 pauta, e o item 6.1. Eu vou fazer o seguinte, eu vou ler o item quando a
 470 nossa equipe está tentando contato com a pessoa que se inscreveu e até
 471 então, se ela não conseguir, acessar, a gente coloca aqui em deliberação.
 472 Se não houver nenhum destaque também por parte dos senhores e
 473 senhoras conselhos. **6. Processo Administrativo para exame de Recurso**
 474 **ao Indeferimento de intervenção ambiental. 6.1 Alpha Incorporações**
 475 **Ltda Senador Firmino Minas Gerais processo administrativo número**
 476 **2100010079199/2021-04 - tipos de intervenção, com ou sem supressão**
 477 **de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente, APP,**
 478 **área requerida, 0,1245 ha área passível de aprovação. Zero que**
 479 **está. Fitofisionomia, não se aplica, estágio Regeneração não se aplica.**
 480 **Apresentação o URFbio Mata.** Pergunto neste momento, ao final da leitura
 481 do item, se a um destaque dos Conselheiros. Conselheiro Rogério já se
 482 manifestou. Conselheira Lidiane e pergunto, também a pessoa que se
 483 inscreveu, se ela já se encontra na sala, você gostaria de abrir aqui a
 484 discussão fazendo uso da palavra nesse momento. Fui informado que a
 485 pessoa ainda não está na sala. Começo aqui pela ordem de manifestação,
 486 por gentileza Conselheiro Rogério Jacinto da Seapa, fique à vontade.
 487 Conselheiro Rogério Jacinto: Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos. Essa
 488 questão aqui. Eu estava aguardando a pessoa inscrita para ver se já não

estava na dúvida, mas aí então pergunta aí ao analista, porque há uma questão que, para nós, lendo um documento aqui que está aqui, não há condição de concluir o debate é se há uma alternativa locacional para instalação da estação. No parecer mostra algumas fotos dizendo que por elas era possível ver que há essa alternativa, mas ela não colocada na planta. E como se trata de um loteamento e essa estação, ela deve estar num nível inferior. Eu gostaria do analista se ele pudesse de alguma forma, a visão dele que visitou a área, onde seria colocada essa estação que ele diz que tem alternativa e a questão de declividade, se é possível estar abaixo aí do último lote. Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: como um processo da URFBio Mata, IEF Estamos aqui com os nossos colegas do IEF acompanhando, participando da reunião eu vou repassar, não para que o nosso colega do IEF eu não sei se a Thais, que vai manifestar ou analista do IEF que está conosco, mas com certeza darão uma resposta às perguntas que o senhor fez aqui neste momento. Vou abrir aqui a oportunidade para que o IEF possa se manifestar. Thais de Andrade Batista Pereira: Boa tarde, boa tarde, Presidente. Essa é uma questão eminentemente técnica, não é? Eu sou, faço parte do controle processual e junto com a minha equipe nós trabalhamos esse processo embasado no artigo 17, que uma intervenção ambiental em APP. Somente pode ser autorizada se daqueles 13 pontos, entidade pública, interesse social ou baixo impacto, desde que comprovada a inexistência de alternativa técnica locacional. Nós da equipe de controle processual. Nós não vamos a campo, mas trabalhamos com equipe interdisciplinar que o técnico que vai a campo, faz a vistoria e faz o parecer técnico, então vou pedir a palavra do meu colega, Everaldo que é quem trabalhou na equipe técnica desse processo, ele vai poder melhor responder à pergunta do Conselheiro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Obrigado Thais. Everaldo Ferraz Miranda: Boa tarde. É sobre ponto de vista, sobre o ponto de vista técnico, um empreendimento novo, trata-se de uma área que teve plantação de eucalipto e que praticamente estava limpo. Não justifica ambientalmente você colocar dentro de uma APP, se tem áreas do empreendimento todo a ser realizada a ETE do ponto de vista, porque se for olhar só o ponto, o ponto mais baixo, você vai para outro no curso d'água, porque o ponto mais baixo. Então não justifica ambientalmente colocar a ETE dentro da APP, porque se o empreendimento tem espaço para instalar a ETE, esse o ponto de vista ambiental. Ok? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Everaldo, muito obrigado. Pergunta concedida para Rogério, desculpa. Everaldo Ferraz Miranda: Não porque, então justifica que tem alternativa técnico-locacional ou então nós aplicamos e ficamos amarrados na legislação referente que nos ampara? Artigo 17, que o que a Thais acabou de especificar, também. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, Everaldo, muito obrigado. Pergunto Conselheiro Rogério, perguntas respondidas? Conselheiro Rogério Jacinto: eu faria 2, já que ele comentou, porque existe uma planta, que tem que olhar aqui no parecer, então seriam 2 questões.

534 Qual a área, realmente que essa que essa ETE vai ocupar? A estação de
 535 tratamento compacta. Qual a área dela? E em qual localização? Aqui da
 536 planta que o empreendedor apresentou, que pelo menos uma sugestão,
 537 uma indicação teria colocado. Eu não consegui identificar. Everaldo Ferraz
 538 Miranda: boa tarde seria o ponto mais baixo fora da APP. Entendeu? Dentro
 539 do empreendimento? Não, porque não justifica ambientalmente, outra
 540 alternativa dentro da APP se o empreendimento tem um ponto mais baixo
 541 também, somente que, ele tem toda uma topografia propícia a isso
 542 também. O empreendimento em si. Thais de Andrade Batista Pereira:
 543 complementando a fala do meu colega. A questão é que análise feita pela
 544 equipe técnica. Ela foi feita enquanto a área de APP, então nos cabe dizer
 545 qual seria a melhor área, dentro da propriedade. O que a gente pode dizer.
 546 Aqui na APP se tem outra área, possivelmente não deva ser feito. Everaldo
 547 Ferraz Miranda: Sim, isso mesmo. Presidente Suplente Dorgival da Silva:
 548 Conselheiro Rogério, talvez tentando dar uma ajuda nesse sentido, essa
 549 ETE possivelmente, ela deve processo de licenciamento ambiental, de ser
 550 um processo simplificado e em função disso, para questão de intervenção
 551 Florestal, entender só ambiental, ela é regularizado previamente no
 552 Instituição Estadual de Florestas, depois que o processo de licenciamento
 553 em trâmite na e analisado na SUPRAM, então quando o IEF analisa ele está
 554 analisando, praticamente a viabilidade locacional daquele empreendimento,
 555 então, na análise, pelo que eu entendi no que o colega Everaldo e a colega
 556 Thais estão dizendo, existe na propriedade uma outra localização que
 557 poderia ser utilizado de maneira, que se preservasse a intervenção em APP
 558 nesse sentido, pelo que eu entendi na resposta, existe dentro da
 559 propriedade uma outra área alternativa que poderia ser utilizado para essa
 560 talvez seja a principal argumentação do indeferimento dessa intervenção,
 561 neste ponto. Eu pergunto ao Conselheiro, Rogério ficou Claro? As respostas
 562 foram colocadas? Conselheiro Rogério Jacinto: Sim, ficou respondido na
 563 forma de entendimento da equipe. Eu para mim, pela minha análise que eu
 564 queria um pouco mais informações dessa área, eu acho que tipicamente
 565 uma questão para ver o empreendedor, se a pessoa que está tentando
 566 escrever aí pra gente ver o posicionamento deles se também identifica isso,
 567 tem, mas da minha parte, tudo bem de pergunta. Presidente Suplente
 568 Dorgival da Silva: Nós vamos, naturalmente, se a pessoa conseguir entrar.
 569 Como ela já se inscreveu dentro do prazo normal de garantia, participação
 570 aqui Conselheiro, mas importante que a pessoa consiga de fato estar na
 571 sala de reunião para poder fazer uso da palavra. Eu posso avançar com os
 572 destaques, Conselheiro Rogério? Conselheiro Rogério Jacinto: Sim, sim.
 573 Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Tudo bem, eu não me
 574 lembro. André e Conselheira Lidiane, quem foi o primeiro? Mas eu vou ceder
 575 a Conselheira Lidiane, ok André? Passo a palavra a Conselheira Lidiane na
 576 sequência de retorno com André, por favor, Conselheira. Conselheira
 577 Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg. Obrigado, Presidente. Eu
 578 tenho 2 pontos. Um também nessa questão que o Rogério colocou para a

579 gente. Localização quanto o parecer do órgão ambiental atesta que há outra
580 alternativa locacional, um recurso apresentado pelo empreendedor, ele traz
581 pontos divergentes a esse entendimento no sentido de que o ponto mais
582 baixo já está. Conselheiro André Garcia: Lidiane, seu áudio está bem baixo
583 para a gente aqui. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: melhorou?
584 Conselheiro André Garcia: melhorou. Conselheira Lidiane Carvalho de
585 Campos: Mas deu para entender o início? Conselheiro André Garcia: ficou
586 prejudicado. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Posso falar
587 novamente. Obrigado, André eu tenho 2 pontos para tratar. O primeiro.
588 nesse sentido que o Rogério colocou, da questão da alternativa locacional
589 O órgão ambiental aponta que há outra alternativa locacional, uma vez que
590 o empreendimento está iniciando agora, e no parecer do, no parecer não,
591 desculpa, não recurso do empreendedor. Ele aponta que o ponto mais baixo
592 fora da APP estaria numa cota 3 m mais elevado. E que, nessa cota, o
593 reator, o asp, que tem 3 m de altura, não teria eficiência suficiente para fazer
594 a decomposição da matéria orgânica, não seria eficiente o tratamento dos
595 efluentes, então que o local adequado como alternativa locacional, de fato,
596 seria esse ponto mais baixo apontado aí no pedido de intervenção
597 ambiental, então eu gostaria que o órgão ambiental, nesse sentido, se
598 pudesse manifestar a respeito da manifestação do empreendedor quanto à
599 viabilidade técnica. Óbvio que a gente tem que se andar com as duas
600 questões em paralelo tanto, alternativa tipo do ponto de vista ambiental,
601 como técnico, então eu gostaria dessa manifestação nesse sentido. O outro
602 ponto ele vai além dessa questão, que em relação ao entendimento daquela
603 área, como APP. O parecer do órgão ambiental, ele dispõe que: ressalta-
604 se, ainda, que a intervenção ambiental requerida ocorrerá em área de
605 preservação permanente de curso d'água efêmero, que foi constatado in
606 loco pelos técnicos do IEF na vistoria técnica realizada em 18/03/2022. Final
607 do período chuvoso da região. Quando eu li isso, eu fiquei muito preocupada
608 porque eu até isso tinha na memória, mas eu voltei ali na legislação, tanto
609 na 20.922, que a nossa lei estadual, que replica esses dizeres da Lei Federal
610 nº 12651, nossa lei federal que dispõem que primeiro, na definição que
611 efêmero qualquer curso d'água que apresente, naturalmente com a
612 superficial durante ou imediatamente após períodos precipitação nessa
613 definição de curso d'água, efêmero e no artigo nono, dentre outras áreas
614 consideradas como APP em zonas rurais ou urbanas. Tem-se que faixas
615 marginais de curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os
616 efêmeros. A gente tem, para cada caso, uma medida a partir da borda da
617 casa da calha, do leito regular? Uma largura mínima de APP. Então me
618 causou assim. Muita dúvida nesse processo, o fato do próprio órgão
619 ambiental manifestar que se trata de intervenção em APP de curso d'água
620 efêmero, enquanto a Lei Estadual nº 20.922 de forma complementar a Lei
621 Federal nº 12.651, dispõem que são consideradas APPs faixas marginais de
622 cursos d'água apenas perenes, intermitentes. São excluídos os efêmeros,
623 então, nesse sentido, eu gostaria também de uma manifestação do órgão

624 ambiental, porque que aquela área foi considerada com uma APP se a
 625 própria lei diz ao contrário. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok
 626 Conselheira Lidiane, vamos devolver a palavra aos nossos colegas, e posso
 627 fazer os consideramos sobre esses dois pontos que a senhora mencionou.
 628 Por favor, colega Everaldo e Thais. Everaldo Ferraz Miranda: Boa tarde, o
 629 meu embasamento. No referente a APP e a gente usa a IDE Sisema e
 630 dentro do IDE Sisema ele retrata a hidrologia ali como com a presença de
 631 uma hidrologia. Então justamente a gente tem a área de APP naquela região
 632 também, referente à ideologia que o IDE Sisema apresenta. É a nossa base
 633 técnica, uma ferramenta que a gente usa. Então? Outra coisa, e no e no
 634 período que eu fui, existia até uma barragem lá, um Barramento lá e
 635 com presença de água, então. Então eu justifico que a área é necessária
 636 ambientalmente ser preservado. E o sobre a localidade, eu estou com a lei,
 637 existe a topografia, existe no empreendimento. Existe uma topografia que
 638 quem for lá para ver, vai perceber que existe todo um processo de
 639 escoamento favorável à ETE, não necessitando de por em APP. O ponto
 640 que mais baixo fora da APP para a área proposta praticamente não tem
 641 nenhuma, não tem diferença nenhuma, tem mais nas dos pontos mais
 642 altos. Então existe toda um escoamento favorável à ETE que não necessita
 643 ser colocado em APP. E esse processo no meu ponto de vista, é isso. Eu
 644 acho que não justifica. Tem muita área do empreendimento que não
 645 necessita utilizar exatamente APP para isso, para ficar construção da
 646 ETE. Não sei se fui Claro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok
 647 Everaldo, muito obrigado, Conselheira Lidiane. Conselheira Lidiane
 648 Carvalho de Campos: Obrigada, Presidente, Lidiane Fiemg. Eu entendo que
 649 eu ponto não foi sanado, Ok, o IDE Sisema. Ele nos traz uma base? Com
 650 os dados espaciais que nos dá um apontamento inicial das características
 651 da área que os empreendimentos poderão ser instalados. Uma primeira
 652 visão ali de todos aspectos ambientais e que devem ser aprofundados em
 653 loco e o próprio parecer do órgão ambiental diz que o curso d'água efêmero,
 654 embora o IDE Sisema apresente ali, apresenta a presença de um curso
 655 d'água. Foi constatado pelo próprio técnico do IEF, que trata se de um curso
 656 d'água efêmero e além da Lei Estadual nº 20.922. Ela muito Claro, excluindo
 657 os cursos d'água efêmeros das definições de APP, não é? Então, no ponto
 658 de vista no nosso entendimento, não se trata de uma intervenção em APP,
 659 se de fato considerado que aquele curso d'água efêmero. Entendo que o
 660 apontamento não foi sanado. O Presidente. Presidente Suplente Dorgival
 661 da Silva: ok Conselheira Lidiane. Pelo que entendemos, as respostas dadas
 662 não satisfizeram a as perguntas que a Senhora levantou, não é?
 663 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: não foram satisfatórios.
 664 Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok, Nós vamos ouvir o Conselheiro
 665 André aí, após o André a gente retoma aqui com os entendimentos sobre
 666 este processo, Ok? Peço que a senhora aguarde só um instante, por
 667 favor. Conselheiro André. Conselheiro André Garcia: Presidente, eu
 668 acompanho o entendimento da Lidiane, observando essa afirmação do

parecer do IEF, que esteve in loco e observou essa característica do curso d'água e fica até contraditória, não é? Uma afirmação que fala de um curso d'água efêmero tenha APP desse curso da água. Em relação à hidrografia da base cartográfica da IDE Sisema, a gente percebe também o contrário, não é? Cursos d'água perenes e que não necessariamente estão nessa camada da IDE Sisema da hidrografia, do Igam, então talvez no passado, não sei, a gente tem que entender, o que a equipe técnica do IEF constatou em campo e o que está na cartografia. O que está valendo? E eu também fiquei assim antes de entender a alternativa locacional se existe oportunidade de tirar a estação de tratamento da APP, ou se realmente o único lugar que possível do projeto de posiciona-la ali. Antes a gente tem que entender realmente APP, era esse era isso meu destaque. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro André. Thais de Andrade Batista Pereira: Presidente? Presidente Suplente Dorgival da Silva: eu ia devolver para você tais, nesse sentido, acho que um ponto superimportante essa afirmação que Conselheira Lidiane colocou sobre a questão de curso d'água perene? Versus AAP vamos dizer assim, na existência ou não da APP. Eu já ia te devolver, na sequência eu quero ainda fazer algumas considerações, por favor? Thais de Andrade Batista Pereira: Vou ressaltar a fala do Conselheiro André que a questão se resume nesse princípio, o Everaldo que o técnico como dito, nosso controle pessoal nós vamos fazer uma visita técnica e aí falta competência técnica para poder definir a área de APP ou não pelo curso que a gente faz que ou não específico da área, mas enfim, o caso que na afirmação do técnico que foi em área em loco está dizendo aqui perante o conselho, que ali é área de APP, independente se é de uma informação ou outra ou se no parecer, até às vezes consta e eu acho que eu que deve ser ouvido, o que deve ser levado em consideração, é a afirmativa técnica do próprio analista que está perante o conselho afirmando, ele tem fé pública que aquela área é APP que ela viu que ele realmente existe um curso d'água. Que deve se considerar uma área de preservação permanente em torno dele. Everaldo Ferraz Miranda: Reafirmo que é uma área de cabeceira que tem contenção de água lá. Uma mata com água, tipo uma barragem que é necessário e útil ambientalmente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: antes de devolver Conselheira, eu queria fazer alguns considerando. O que importante também a gente ressaltar. O empreendedor quando ele faz requerimento ao IEF, ele entrega uma planta onde ele mesmo apresenta as informações, da topografia, levantamentos que ele fez e normalmente ele já vem estabelecendo aquilo que é APP, aquilo que curso d'água? Nós convivemos aqui na SUPRAM, com situações muito parecidas e às vezes até um pouco diferente do contexto que está aqui, mas muitas vezes o IDE Sisema, ele sinaliza, a presença de um curso d'água em determinada região que ele não existe. Eu já deparei com umas duas ou três situações aqui, porque as camadas do IDE elas precisam ser atualizadas e muitas vezes, elas, elas têm uma diferença de aproximação, tem algumas coisas na área de geo que dá uma

diferença. Você pega uma imagem de satélite, joga essa camada na IDE, muitas vezes passando longe aquela linha azul do IDE, está numa outra região, gente tem essas divergências. Naturalmente, por isso que a visita in loco. As vistorias são realizadas exatamente para estabelecer. Pelo que estou entendendo aqui o técnico Everaldo esteve no local. E teve acesso à documentação entregue inclusive pelo empreendedor, onde o empreendedor define o que é APP, o que não é APP. Daí até porque motivo do pedido dele, porque ele vai precisar intervir em APP. Por isso, ele fez um pedido ao IEF, então, naturalmente, por parte do empreendedor, isso já está bem Claro que o local onde pretende se instalar a ETE é uma área de preservação permanente, quer dizer documental por parte do empreendedor e pela “textificação” do técnico do IEF não resta dúvida. Claro que dentro daquilo que a Senhora colocou, dos conceitos do curso d'água perene e ter citado no parecer também. Dessa forma nos isso induz a essa dúvida. Mas assim, normalmente o empreendedor, ele já, o motivo do processo da exatamente que ele está dentro da APP, se ele não estivesse na APP, não teria nem que ir pedir autorização para intervir numa área onde ele vai fazer o licenciamento. Então, para o empreendedor, essa questão da existência ou não da APP, ela está superada. Vamos dizer, assim, ela foi superada nesse sentido, e o técnico Everaldo também comprovou isso. Mas assim eu queria colocar esse assunto dessa forma para a gente entender que não é um ponto de discussão. Eu acho que o ponto de discussão até colocado pela Conselheira Lidiane sobre a altura, que é o parecer de recurso do empreendedor da altura de um equipamento da ETE que vai impossibilitar, por isso, ele desceu um pouco mais para dentro da área de APP para altura ser uma altura em que pudesse ser utilizado poder garantir a funcionalidade do equipamento e precisou de colocar isso dentro da área de APP. É por isso que resultou nessa ida ao IEF pedir essa autorização. Quer dizer, se não houvesse, a APP não haveria um processo aqui, sendo analisado pelo IEF. No meu entender, eu acho que não é esse ponto, agora. Esse ponto da autorização ele é vital para a viabilidade da ETE, viabilidade ambiental, porque ele vai dizer se essa área ela é de fato adequada para construção dessa ETE. Será que essa a melhor área para construção dessa ETE? Será que no licenciamento ambiental de fato, se pensou bem ou se projetou bem essa ETE para essa localidade? Será que essa área realmente é a melhor para se instalar esta ETE? Então eu acho que essa é uma reflexão que o empreendedor precisa fazer nesse sentido, na hora que vai definir áreas, mas assim, no meu entender, salvo melhor juízo aqui, a Thais do IEF pode me contrapor ou até me corrigir no que eu estou falando, mas meu entender, esse caso da APP está superada nesse sentido, não tem dúvida de que a ETE se pretende instalar na APP. Thais de Andrade Batista Pereira: Presidente? Permita-me fazer um adendo? Nós estamos aqui, temos que lembrar também que nós estamos analisando um recurso feito pelo empreendedor, nós vamos votar um recurso feito por ele e esse não foi nem sequer o ponto afirmado pelo empreendedor, ele mesmo

759 reconhece que lá é APP, como bem-dito pelo Presidente. Então, assim,
 760 entendo que não cabe a discussão se é ou não, até porque nós temos o
 761 aval do analista técnico e a sua fé pública dizendo que é o que cabe ser
 762 analisado aqui são os requisitos pelos, perdão, o pedido feito pelo
 763 empreendedor que foi indeferido, porque não houve nova análise de mérito,
 764 não houve mudanças no mérito, uma vez que realmente identificou que
 765 havia alternativa locacional. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok
 766 Thais, Obrigado. Da ordem de discussão, eu vou voltar a palavra para a
 767 Conselheiras Lidiane e, na sequência, Conselheiro Rogério, na sequência,
 768 Conselheiro André. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Obrigada
 769 Presidente, Lidiane Fiemg e bom, eu entendo que o servidor, ele tem sim fé
 770 pública, mas a fé pública não pode sobressair ao disposto na legislação.
 771 Embora o empreendedor tenha solicitado a intervenção em todo momento
 772 no parecer dele ou até enquanto a discussão aqui adiantava eu fiz uma, fiz
 773 questão de retomar o parecer dele, a todo momento ele coloca curso d'água
 774 efêmero e também o parecer do órgão ambiental, volto a dizer também
 775 retrata curso d'água efêmero, que no nosso entendimento, enquanto Fiemg,
 776 curso d'água efêmero, não possui APP, portanto, talvez de fato fosse esse
 777 o caso. Não fazia o menor sentido da existência dessa solicitação de
 778 autorização de intervenção ambiental, já que se trata de um curso d'água
 779 efêmero. Que foi comprovado pela visita em loco do órgão ambiental. Enfim,
 780 além disso, temos essa questão de que o parecer do empreendedor aponta
 781 que, de fato, para a questão de eficiência do funcionamento da ETE, não há
 782 outro ponto de alternativa locacional, se não aquele solicitado. Então, a
 783 gente entende que esse fato também deve ser levado em questão no
 784 julgamento pelos Conselheiros. Obrigado, Presidente. Presidente Suplente
 785 Dorgival da Silva: ok Conselheira Lidiane, Rogério por favor, Conselheiro
 786 Rogério Jacinto, Seapa. Conselheiro Rogério Jacinto: Rogério Jacinto,
 787 Seapa, primeiro eu fiz uma pergunta e voltei a ler aqui. Presidente Suplente
 788 Dorgival da Silva: Conselheiro, o áudio do senhor está baixo também, e
 789 puder nos ajudar. Conselheiro Rogério Jacinto: melhorou? Presidente
 790 Suplente Dorgival da Silva: melhorou. Conselheiro Rogério Jacinto: que eu
 791 fiz uma pergunta e no recurso aqui eles estão colocando uma área de 180
 792 m² essa nova ETE. No recurso aqui também na imagem, fez do recurso um
 793 eu queria saber se tem essa distância que vai ficar aqui da ETE até esse
 794 curso d'água, que aí também agora tem um debate, se efêmero, se
 795 contínuo, mas você tem aí qual a distância que vai ficar ainda da área que
 796 vai ser a ETE até o curso d'água. E aí eu só volto com a
 797 consideração. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Everaldo. Você pode
 798 responder essa pergunta? Everaldo Ferraz Miranda: A legislação nova
 799 passou a bola já PP para o município. Mas os municípios não alinharam
 800 isso. Então uma área mínima até então que eu subentendo. Talvez a
 801 resposta específica a isso é os 30 m fora da APP. Conselheira Lidiane
 802 Carvalho de Campos: Não seria zona rural, gente? Tem até CAR a área do
 803 empreendimento, tem CAR de lá. Everaldo Ferraz Miranda: lá já passou

804 para urbano. Presidente Suplente Dorgival da Silva: desculpa, só um
805 pouquinho Conselheiros e Everaldo, eu acho que o Everaldo não entendeu
806 a pergunta do Rogério Jacinto, salvo engano, acho que ele perguntou é na
807 construção da ETE, da distância, da ETE até o curso d'água na concessão
808 como está hoje. No projeto como foi colocado qual seria a distância da ETE
809 até o curso d'água, é isso Rogério? Everaldo Ferraz Miranda: é os 15 m.
810 Dentro da APP? Seria proposta dos 15 edificantes, na legislação antiga.
811 Presidente Suplente Dorgival da Silva: então estaria 15 m do curso d'água,
812 é isso Everaldo? Everaldo Ferraz Miranda: para construir uns 15 m, que na
813 legislação falava edificantes. Conselheiro Rogério Jacinto: Então essa faixa
814 que ficou. Everaldo Ferraz Miranda: quando não tem, quando não, não tem
815 alternativa. Quando não tem alternativa locacional, e no caso de lá tem
816 alternativa locacional. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok. Everaldo
817 Ferraz Miranda: qual constrói na parte dos 15m edificantes. Presidente
818 Suplente Dorgival da Silva: Ok, Everaldo obrigado, Conselheiro Rogério,
819 entendeu? Conselheiro Rogério Jacinto: sim. Então estou entendendo aqui
820 que a proposta que está aqui no projeto, usando, utilizando essa área de
821 APP, ficaria 15 m da construção da ETE até o curso d'água, que seria essa
822 área. Everaldo Ferraz Miranda: que a legislação permitir. Conselheiro
823 Rogério Jacinto: Que vai ser então, plantada e reforçada. Tem uma pergunta
824 aqui, Dorgival, eu realmente eu não estou, para mim, ficou, não ficou claro
825 que essa questão da alternativa locacional o empreendimento acabou não
826 entrando, a área aqui, então aqui para fazer a ETE realmente bem pequeno,
827 de 180 m². Existe uma questão, bem objetiva da construção, então para
828 mim, não, ficou claro essa negativa ainda, da autorização, e aí eu pergunto,
829 no caso do voto não ser favorável qual o encaminhamento disso aí, seria
830 uma nova análise, como que seria isso? Presidente Suplente Dorgival da
831 Silva: na verdade Conselheiro Rogério, nós estamos aqui para conceder os
832 Conselheiros toda clareza possível. Às vezes a nossa resposta ela não
833 satisfaz. Vamos dizer assim, mas eu queria também acrescentar isso. Uma
834 ETE normalmente estação de tratamento de esgoto, o princípio da
835 engenharia, se pensa no descarte do efluente tratado normalmente no curso
836 d'água. Então você tem a possibilidade de receber o escudo do município.
837 Eu não, eu não conheço o projeto da concepção do projeto, que até então
838 ele não veio para SUPRAM. Ele passa primeiro por esse momento aí junto
839 ao IEF, para autorização ou não da instalação dessa ETE utilizando a APP.
840 Então assim, para mim está muito claro que a APP inclusive o projeto deve
841 estar considerando descarregar o efluente tratado no curso d'água. Então a
842 gente entende que há um curso d'água ali que vai fazer, vamos dizer assim,
843 a diluição desse efluente tratado e vai recepcionar esse efluente com todos
844 os controles que a ETE vai estar adotando ali, encontrou na entrada,
845 encontrou na saída, monitoramentos? Isso tudo é tratado no licenciamento
846 ambiental. Mas essa ETE, a princípio, se pretendia ser instalado dentro da
847 APP, considerando que APP não previamente existe, porque se ela não
848 existe nenhum processo de requerimento ao IEF teria. Existe o processo no

849 IEF, porque uma intervenção em APP. Essa uma etapa ao meu ver aqui
850 superada, não vejo, vamos dizer assim, se não estaria discutindo esse
851 assunto aqui, isso foi ao IEF porque é em APP e certamente o
852 empreendedor planejou instalar essa ETE junto à um curso d'água, você
853 com certeza nesse sentido. Se há uma limitação técnica das instalações do
854 equipamento em função do relevo das áreas consideradas aqui, vamos
855 dizer como áreas alternativas locais, talvez a área nem possa ser uma
856 área utilizada para isso, mas eu vou entrar nesse mérito, não. Mas o que
857 que aconteceu? O processo entrou no IEF, só pegar um breve histórico do
858 que aconteceu anteriormente. O processo foi ao IEF. O técnico Everaldo
859 analisou e indeferiu o processo porque enxergou em loco uma alternativa
860 locacional empreendedor, entrou com recurso contra a decisão de IEF. Esse
861 recurso, vem então para a URC e nós estamos liberando que hoje, se for
862 deliberado, é o último, vamos dizer assim, a última instância com respeito a
863 este processo. O empregador pode entrar com o processo. Diferente do que
864 ele entrou aqui ou com outros, uma outra concepção ou em outra localidade.
865 Nada impede. Mas esse aqui é o último nível da última instância de decisão
866 sobre esse processo em sim. Se os Conselheiros votarem favoráveis ao
867 empreendedor que isso pode acontecer no ato da do que a gente colocar
868 em deliberação, os Conselheiros, votaram favoráveis ao empreendedor.
869 Esse processo segue com controle de legalidade da nossa, da diretoria
870 geral do IEF, que é um processo do IEF. Ele segue para o controle, de
871 legalidade. Sobre a decisão da URC, se os Conselheiros votarem favoráveis
872 ao parecer do IEF, então encerra última instância sobre esse processo.
873 Respondendo o senhor nos desdobramentos possíveis dentro dessa
874 reunião aqui, onde nós estamos participando. Nesse sentido. O senhor tem
875 mais algum questionamento? Alguma situação? Não? Conselheiro André,
876 por favor. Conselheiro André Garcia: Presidente, admitindo que o termo
877 "efêmero" foi usado de forma errada, tanto pelo empreendedor em algum
878 momento do pedido. E até considerando, se ele considera que efêmero esse
879 córrego, ele não pode fazer um pedido de intervenção em APP, não é?
880 Então acho que o termo efêmero foi usado de forma errada em algum pelo
881 empreendedor e foi usado de forma errada pelo analista do IEF, na hora de
882 afirmar que em vistoria técnica o IEF constatou que é um curso d'água
883 efêmero e inclusive interessante. Ele faz um acréscimo aqui. Uma
884 observação corroborando com a condição de um curso d'água, efêmero que
885 foi logo após o período chuvoso. A vistoria foi no final do mês de março. Não
886 é? Então, ele acrescenta isso ali nessa afirmação de curso d'água,
887 mas superado isso eu fico em dúvida se a alternativa ou a inexistência de
888 alternativa técnica locacional que foi afirmada pelo empreendedor, ela não
889 foi compreendida pelo IEF? Não existe um acordo em relação a isso?
890 Porque o empreendedor ele apresenta uma planta, apresenta, o
891 empreendimento todo e essa necessidade de intervenção em APP pela ETE
892 considerado o ponto mais baixo. Enfim, as características do sistema de
893 tratamento que deve estar uma cota correta lá para o adequado

894 funcionamento, aí eu fico em dúvida de que acaba sendo, a afirmação de
 895 que não, de que existe alternativa técnica e locacional para tirar da APP a
 896 estação de tratamento de efluente e essa pequena intervenção na APP fica
 897 um contraditório que a gente não consegue decidir. Foi apresentado pelo
 898 que eu entendi, uma planta de uma solução do empreendimento, inclusive
 899 com intervenção menor do que o pedido inicial. O pedido inicial tinha sido
 900 de 1200 m² EE depois a intervenção seria apenas de 180 m² em APP. Eu
 901 realmente fico muito na dúvida aqui do que de como votar. Presidente
 902 Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro, obrigado pelas considerações,
 903 Conselheiro Vicente da Prefeitura de Ubá, por favor. Conselheiro Vicente de
 904 Paulo Pinto: Obrigado, senhor Presidente, eu queria chamar atenção para
 905 o parecer do empreendedor na página 8. Ele coloca uma via. A primeira Rua
 906 Um, jogando realmente o lote de número 1, muito próximo da APP. Inclusive,
 907 encolhendo lote um é tendo que o lote que confronta com o lote um na parte
 908 superior da via o lote 1514 ele é extenso. Se dividir ao meio, para ter um
 909 lote para rua de cima e outro de baixo, mesmo fazendo isso, percebe-se
 910 claramente onde vai ser muito maior do que o lote número um e se houver
 911 uma readequação dessa via, com certeza a área do lote um daria altura da
 912 cota que é reclamada aí de 3 m, então cairia numa cota suficiente para se
 913 colocar essa ETE nesse lote um, dado que ela diminui a área dela para 180
 914 m², e eu acredito que o lote não seria muito diferente, a medida dele, de 180
 915 m². Então eu acredito com a readequação nessa rua. Ela daria condição de
 916 se colocar essa ETE fora dos 30 m fora da APP. Pensando também que
 917 amanhã ou depois haja captação de todo o esgoto dessa rua para o
 918 tratamento. A exemplo do que está sendo feito em Ubá e aí teria que mandar
 919 passar um emissário dentro da APP, já não comportaria na rua mais
 920 somente para acolher esse material de todo o loteamento aqui, então seria
 921 uma dor de cabeça para um futuro próximo. Esse foi o entendimento, volto
 922 a frisar que essa rua, se Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro
 923 Vicente. Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: mas se deslocar um
 924 pouquinho, readequaria a localização e daria para se fazer a ETE em
 925 terreno firme. Terreno bom dentro da cota, necessária. Essa é a minha
 926 contribuição de modo que isso que eu queria falar. Muito
 927 obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro
 928 Vicente Paulo da Prefeitura de Ubá. Eu considero que o assunto não teve
 929 todo o pleito aqui necessário, para discussão. Para as perguntas,
 930 questionamento das respostas. Tentamos aqui diversas maneiras, garantir
 931 a participação daquela pessoa que se inscreveu externamente de todos: e-
 932 mail, telefone, tentando de várias maneiras propiciar a participação.
 933 Infelizmente a pessoa não estava disponível para fazer uso da palavra e eu
 934 me sinto tranquilo aqui de subir esse processo para deliberação, junto aos
 935 Conselheiros. E assim, nós vamos proceder neste momento. Everaldo
 936 Ferraz Miranda: Presidente? Presidente? Presidente Suplente Dorgival da
 937 Silva: sim, Everaldo. Everaldo Ferraz Miranda: só para confirmar. Eu fui, no
 938 meu ponto de vista, que existe outra opção fora da APP. Eu já fiz outros

processos e foi analisado que não havia. Neste caso específico, existe, como o Vicente falou, que nos primeiros lotes, tem a possibilidade de colocar a ETE e esses pontos, a cota quase a mesma do proposto por ele, então fora da APP, está OK? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok. Everaldo, muito obrigado. Colocando em votação item 6.1 Alpha Incorporações Ltda, Conselheiro Rogério Jacinto da Seapa. Como por favor? Conselheiro Rogério Jacinto: Rogério Jacinto representando a Seapa, eu pedindo licença a análise, mas eu não fui convencido da situação, levando em consideração a área pequena. Ainda ficará uma faixa, [trecho inaudível] do curso d'água, então eu voto, [trecho inaudível] a analista, mas contrário aparecer. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok Conselheiro. Muito obrigado, Conselheiro Ionivaldo Almeida, da Sede como vota, por favor? Conselheiro Ionivaldo Almeida de Paula: Ionivaldo Sede, Presidente, confesso que também fiquei bastante na dúvida. Quanto essa questão de e eu preferia me abster também. Eu me sinto inseguro em relação a essas dúvidas. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro, obrigado, Conselheira Maria Aparecida Freire, como vota, por favor? Desculpa, Maria Aparecida está ausente. Conselheiro José Eduardo, da SEINFRA. Como vota? Também se ausente? Conselheiro Flávio, também ausente? Flávio da EPAMIG, por favor, como vota? Flávio, EPAMIG, por favor, justifique o voto do senhor no chat. Por gentileza. Voto de abstenção. Conselheiro Flávio, por favor, justifique a abstenção. Enquanto o Conselheiro, digita no chat vamos, Conselheira Maria, Secretaria da SEF, como vota, por favor? Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: eu vou me abster, Presidente. Eu realmente não me senti preparada para votar. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Eu só. Eu estou vendo assim que a gente tem várias abstenções, mas também não houve, manifestações, sobre vai ser mais dúvidas específicas. E se forem as mesmas nesse sentido, já foram tratados. Perfeito. Eu fico só com receio de terem outras dúvidas que a gente não teve oportunidade de dirimi-las. Então na sequência Sargento Mendonça da Polícia Militar de Minas Gerais, como vota? Conselheiro Wallacy Mendonça Coelho pela Polícia Militar de Minas Gerais: Voto favorável ao parecer do IEF. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro. Conselheiro Luciano, Rufato do CREA Minas como vota? Conselheiro Luciano Rufato Teixeira: Luciano Rufato Crea Minas. Voto favorável indeferimento do parecer do seu Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado Conselheiro. Conselheiro Fábio Rodrigues Lauriano do Ministério de Minas Gerais, como vota, por favor? Conselheiro Fábio Rodrigues Lauriano: favorável ao parecer, Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro. Vicente de Paulo, Prefeitura de Ubá. Como vota, por favor? Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: Voto favorável ao parecer do IEF. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro. Conselheira Lidiane, da Fiemg como vota, por favor? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg voto contrário. A justificativa é que os documentos que a gente tem como base

984 para julgamento, tanto parecer, ambiental, quando o recurso apresentado
 985 pelo empreendedor trata se de um curso d'água efêmero que, de acordo
 986 com a Lei Estadual nº 20.922 não tem APP. Presidente Suplente Dorgival
 987 da Silva: Ok Conselheira, obrigado. Conselheiro André, da Faemg como
 988 vota, por favor? Conselheiro André Ribeiro: Favorável,
 989 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro Hernon da
 990 Federaminas, como vota, por favor? Hernon já retornou? Não. Hernon está
 991 ausente. Conselheiro André Garcia da Abragel como vota, por favor?
 992 Conselheiro André Garcia: Presidente, André Abragel, eu me abstenho,
 993 pelos motivos que a gente conversou. Presidente Suplente Dorgival da
 994 Silva: Ok, obrigado. Conselheiro Fernando. Fernando, ausente também?
 995 Conselheiro Fernando César Peixoto Dias: presente. Presidente Suplente
 996 Dorgival da Silva: perdão, Conselheiro, perdão. Conselheiro Fernando
 997 César, do Movimento Ecológico Cultural do Vale do Piranga, como vota, por
 998 favor? Eu acompanho o parecer do técnico do IEF favorável. Presidente
 999 Suplente Dorgival da Silva: Ok, obrigado Conselheiro, Conselheira Márcia
 1000 da Univiçosa. Como vota, por favor? Conselheira Márcia Maria, da
 1001 Univiçosa como vota, por favor? Ok, Conselheira, Márcia se abstém e a
 1002 justificativa “É não esclarecimento 100% dos assuntos tratados na reunião”
 1003 a justificativa da Conselheira Márcia do voto de abstenção. Então nós
 1004 estamos aqui com 6 votos favoráveis. 2 votos contrários, 5 abstenções e 7
 1005 ausentes. Então, pelo placar aqui nós temos a aprovação favorável do
 1006 processo submetido aqui do item 6.1. Sim o Conselheiro, fazer o registro
 1007 aqui também. Eu havia pedido Conselheiro Flávio, como está usando o chat.
 1008 Ele também faz a sua justificativa de voto de abstenção com respeito a não
 1009 ter ficado claro, realmente a área de APP. Afirmação do Conselheiro Flávio
 1010 da Epamig, justificando que a sua abstenção. Então, voltando aqui as
 1011 últimas a nossa última afirmação o processo 6.1 aprovado pela maioria, com
 1012 6 votos, a planilha já saiu, mas são 6 votos e 5 contrários, bem
 1013 disputado. Perdão minha equipe está me confundindo aqui: 6 votos
 1014 favoráveis, 2 votos contrários, 5 abstenções e 7 ausentes. Só reforçando aí
 1015 minha fala me confundindo. Muito bem, nós, então cumprimos mais uma
 1016 vez aqui a nossa pauta de reunião com os assuntos tratados aqui. Quero
 1017 encerrar aqui agradecendo a presença de cada conseguir a participação
 1018 conosco aqui na nossa reunião super bem-vindos. Muito, muito bom poder
 1019 compartilhar essa pauta, poder discutir e até aprimorar algumas questões
 1020 que a gente vem tentando melhorar com toda a nossa sistemática e de
 1021 licenciamento autorização, então sempre muito bom, nós participamos aqui,
 1022 então eu encerro a nossa reunião agradecendo a todos que tenham todos
 1023 uma ótima quarta-feira em uma semana extremamente produtiva. Obrigado
 1024 pela presença. Obrigado, equipe da Vaninha lá em Belo Horizonte, equipe
 1025 da SUPRAM aqui que nos acompanha e nos assessora. Muito obrigado a
 1026 todos aí pela participação.

1027

1028

APROVAÇÃO DA ATA

1029

Dorgival da Silva

1030 Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata